

# Sofrimento, violência e loucura

» ALMIRA CORREIA DE CALDAS RODRIGUES

Socióloga e psicanalista, membro do Instituto de Psicanálise Virgínia Leone Bicudo da Sociedade de Psicanálise de Brasília

A tragédia de 7 de abril na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, tocou o país e ganhou notoriedade internacional. Um jovem de 23 anos entra na escola em que estudou por vários anos, mata 12 adolescentes e deixa outros 10 feridos; baleado pela polícia, suicida-se. A violência choca a todos, principalmente pelo fato de que: as vítimas são crianças; o assassinato foi em massa e aconteceu em uma escola; não existe relação direta entre o agressor e as vítimas; o ato cruel ficou exposto e visível. A dor das famílias atingidas pelo ato insano é uma dor de todos nós. Impossível não nos perguntarmos: Por quê? A tragédia poderia ter sido evitada? Temos condições de nos prevenir para que outras semelhantes não ocorram? Como elaborar o trauma das crianças que sobreviveram e das famílias enlutadas?

Essa tragédia, infelizmente, condensa tantas outras que ocorrem cotidianamente no Brasil. Crianças morrem todos os dias por falta ou precariedade de atendimento de saúde e de segurança pública, e também pelas chamadas “balas perdidas”. Jovens são privados de oportunidades de estudo, trabalho e cultura e encontram na marginalidade uma forma de sobrevivência. Afora a violência institucional, a violência entre pessoas atinge níveis extremos: violência doméstica contra crianças e idosos; violência contra mulheres — estima-se que mais de 2 milhões sejam espancadas anualmente no país; violência sexual de adultos contra crianças e adolescentes, especialmente meninas. Uma das feições da violência interpessoal é a mortalidade por causas violentas, entre pessoas do sexo masculino, na faixa etária dos 15 aos 39 anos — quase 500 mil mortos, entre 1995 e 2008, no Brasil. Cabe apontar, ainda, as agressões sofridas por diversos grupos sociais, perseguidos e destruídos pela condição de sexo/gênero, sexualidade, étnicorracial, regional/nacionalidade, condições físicas e mentais.

Como sobreviver a tanta violência, dor, indignação e impotência? Que marcas as pessoas estão acumulando? Onde e como buscar recursos para seguir



e construir projetos pessoais e coletivos? São questões complexas que a psicanálise pode nos ajudar a refletir. Ademais, podemos traçar um paralelo entre o mecanismo da psicose e o funcionamento da sociedade. Na psicose, algo que não foi simbolizado no espaço psíquico é projetado para a realidade externa e volta como alucinação ou delírio. Em relação ao espaço social, aqueles que não são integrados no sentido socioeconômico e cultural podem retornar com violência e ódio contra a sociedade que os excluiu, algo como uma “loucura social”. No entanto, o caminho do sofrimento que se desdobra em violência e loucura não precisa imperar. Pode ser modificado pela abertura de canais de expressão e transformação do sofrimento, que, embora íntimo, pode ser compartilhado e ressignificado.

A psicanálise, enquanto um tipo de conhecimento e de psicoterapia, pode contribuir para as pessoas se conhecerem melhor e se defrontarem com suas partes cruéis e excluídas; resgatarem e desenvolverem seus recursos perdidos, fragilizados ou pouco desenvolvidos; crescerem emocionalmente e desenvolverem ações criativas e responsivas em relação a si próprias e aos outros.

Diz-se que o século 21 será o século em que os estados depressivos vão se generalizar e ultrapassar todos os demais motivos de falta ao trabalho. Enfrentar a apatia, a impotência, a insegurança, o desamparo, a amargura é um eterno desafio para os humanos que se intensifica em tempos pós-modernos. E o psiquismo/saúde mental não tem merecido a atenção necessária dos poderes

e das políticas públicas nem das instituições particulares. Os planos de saúde privados são pouco efetivos para custear qualquer psicoterapia. As famílias não contam com atendimento necessário de atenção à saúde mental, e a escola, lugar privilegiado de formação existencial, tampouco tem as condições adequadas para identificar dificuldades e transtornos de jovens, e oferecer-lhes apoio e/ou encaminhamento. Enfim, urge que Estado e sociedade reconheçam essas lacunas e empreendam esforços visando a expandir a atenção em saúde mental e a considerar a dimensão de subjetividade nas políticas públicas e intervenções sociais. Nesse rumo estaremos avançando na construção de sociedades mais democráticas, justas e acolhedoras.